

**ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO
MEIO AMBIENTE - CONSEMA**

Aos três dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, realizou-se a Décima Quinta Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, na sede da Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA, situada na Rua Carlos Chagas, nº 55, nesta Capital, com início às quatorze horas e trinta minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Ten. Cel. Nelsohoner Sebajes da Rocha**, Representante do Secretário da Justiça e Segurança; **Sr. Carlos Alberto Jacques de Castro**, Representante do Secretário da Ciência e Tecnologia; **Sr. Alexandre Paranhos**, Representante do Secretário da de Obras Públicas e Saneamento; **Sr. Luiz Carlos Figueiredo**, Representante do Secretário de Coordenação e Planejamento; **Sr. Francisco Lineu Schardong**, Representante Suplente da FARSUL; **Sr. Flavio Lewgoy**, Representante da AGAPAN; **Sr. Luiz P. Rampazzo**, Representante do CEA; **Srª. Maria H. Homrich**, Representante Suplente do Núcleo Amigos da Terra/Brasil; **Sr. Mário Buede Teixeira**, Representante Titular, de Instituição Universitária Privada; **Hugo Springer**, Representante Suplente, da FIERGS; **Sr. Jackson Müller**, Representante da FAMURS; **Sr. Luiz Felipe Kunz Júnior**, Representante Titular do DRNR; **Nilvo Luiz Alves da Silva**, Representante da FEPAM e Secretário Executivo deste Conselho. Participaram também, Sr. Gustavo Trindade, Assessoria Jurídica da FEPAM; Sr. Alexandre Bugin, Presidente da ABES-RS; Sra. Rejane Lima; Sr. Assis Piccini, da PUCRS; Sra. Luiza Falkenberg, da FIERGS. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva**: Srs. Conselheiros, vamos começar com as Comunicações, já que são 14h40min e não temos quórum. Na última reunião também não houve quórum, como também no seminário marcado para a discussão do Regimento Interno. O DAER encaminhou os Relatórios de Supervisão Ambiental da Rota do Sol, Lotes II e III, referentes ao mês de outubro/99, cujas cópias serão entregues ao Núcleo Amigos da Terra e ASEPAM, encontrando-se à disposição para os demais Conselheiros; Of. nº 182/99- FARSUL - O Sr. José Roberto Pires Weber informa sua impossibilidade de participar desta reunião, em virtude de somente hoje, às 11h40min ter recebido a respectiva convocação, encaminhada ao correio em 30/11/99; Of. nº 44/99-CEA, comunicando que seus membros, titular e suplente, em virtude da 8ª Reunião do Grupo de Trabalho “Repensando o CONAMA” e do Seminário do Projeto Tribuna da Cidadania e, pelo fato da convocação ter sido feita em tempo exíguo não participarão dessa reunião. Esta entidade está representada pelo Sr. Luiz Rampazzo; Of. nº 045/99-CEA, informa que o Conselheiro Marcos Vinícius Madeira compareceu ao seminário sobre Reestruturação do CONSEMA, no dia 26/11/99, chegando atrasado em virtude de contratempo a respeito do horário e deslocamento entre Pelotas e Porto Alegre. O Centro de Biotecnologia comunica que seu representante titular encontra-se em viagem, não podendo comparecer a esta reunião; Of. nº 917/99, 1ª Vara Cível – “Atendendo solicitação do representante do Ministério Público desta Comarca, os autos da ação civil pública nº 2305, comunica que o Ministério Público promoveu contra Rui Seratti e Cia. Ltda., comunica que se encontra depositado, judicialmente, desde 28.06.99 a importância de R\$ 607,90 (seiscentos e sete reais e noventa centavos) referente a condenação de reparação de dano ambiental da requerida. Dr. Mário Roberto Corrêa – Juiz de Direito. Foi solicitado que comunicássemos aos Conselheiros essa Ação Civil Pública. Não temos o relato do que se tratou o dano, apenas a solicitação do Ministério Público de comunicar ao CONSEMA. **Sr. Gustavo Trindade**: gostaria de explicar por que foi encaminhado esse relato ao CONSEMA. A questão de todos os valores das penalidades ou acordos advindos de ações civis públicas, o dinheiro seria encaminhado para o Fundo Estadual do Meio Ambiente. Of. da FIERGS indicando, para representar o CONSEMA, a Sra. Carla Rangel e Sr. Vitor Hugo de Lazzer, titular e suplente, em substituição a Carlos Adílio Maia do Nascimento e Hugo Springer. A FIERGS manifesta, ainda, interesse em participar da composição da Câmara Técnica Provisória que trata da regulamentação do ICMS Ecológico; Of. nº 1183/99/SOPS-indicando os Srs. Darci Campani e Ricardo Litwinski Süffert como representantes, titular e suplente, respectivamente dos Comitês de Bacias Hidrográficas junto ao CONSEMA. O Secretário da Coordenação e Planejamento está representado pelo Sr. Luiz Carlos Figueiredo. **Sr. Flavio Lewgoy**: o titular tem um suplente, então, quando se manda um ofício dizendo que o titular não pode comparecer, por que o suplente não vem? O Conselho merece o mínimo de respeito, não é comunicar que o Conselheiro titular não vem, quem sabe o substituto também não possa vir. Mas fica somente em que o titular não pode vir e pronto. **Sra. Maria Homrich**: há uma falta de comunicação entre o titular e o suplente. **Sr. Presidente**: inclusive hoje temos uma representação do CEA em razão da ausência do titular e do suplente. **Sr. Gustavo Trindade**: tanto o titular quanto o suplente contam para o quórum, os outros que vêm representando, não contam para o quórum. **Sr. Presidente**: informamos que, tanto o titular quanto o suplente recebem a convocação para a reunião do CONSEMA. Inclusive indicamos no ofício que, caso não possa comparecer, que avise o suplente. A reunião

55 passada foi a primeira do ano em que não tivemos quórum. O Conselho deliberou dois encaminhamentos
56 importantes e, efetivamente, esse é um problema que temos que discutir. Na última reunião que trataria do
57 Regimento Interno não houve quórum. Mesmo assim, com os Conselheiros que estavam presentes foi avaliada a
58 possibilidade da realização de um seminário para a apresentação da Minuta com as alterações no Regimento, para
59 que as questões fossem discutidas. Apenas um Conselheiro fora da Câmara Técnica compareceu. Existem várias
60 questões fundamentais que merecem apreciação do Conselho e, não havendo quórum, certamente prejudica
61 bastante a posição dos órgãos executivos da Secretaria de Meio Ambiente. Uma das questões centrais, e que hoje
62 traríamos a consideração do CONSEMA, seria sobre os transgênicos no Estado. Estamos acompanhando,
63 sabemos que na próxima semana corremos o risco de votação de uma Lei que estabelece as diretrizes definitivas.
64 Todas estas questões estão sendo deliberadas e discutidas sem que o Conselho se posicione. A discussão do
65 Regimento Interno e do ICMS Ecológico são fundamentais. A decisão da Secretaria é que todas as matérias
66 sejam definidas pelo Conselho e não pelos órgãos executivos. Mas, na medida em que o Conselho não se reúne,
67 evidentemente, isso fica bastante difícil. **Sr. Flávio Lewgoy:** faço parte do Conselho Estadual de Saúde sendo
68 encarregado de relatar o parecer sobre transgênicos e foi aprovado e publicado no Diário Oficial. Já temos um
69 pronunciamento sobre transgênicos, e isso já faz quase dois meses. Talvez pudesse nomear uma comissão para
70 apresentar o parecer ao plenário, mas no fim daria um debate. Aqui nós temos especialistas de várias disciplinas
71 que não se furtariam de fazer esse trabalho. **Sr. Gustavo Trindade:** na nova proposta do Regimento fica bem
72 claro o que pode acontecer com os Conselheiros que faltarem as reuniões sem justificar, ou como se daria essa
73 justificativa. Uma das propostas feitas é que as justificativas de ausência deveriam ser aprovadas pelo Plenário do
74 CONSEMA. **Sr. Presidente:** a Mesa apresenta uma proposição aos Srs. Conselheiros, no intuito de tentar
75 aguardar um pouco mais para conseguirmos o quórum. Temos uma solicitação da Amigos da Terra para que
76 apresentássemos um relato sobre a situação da Celulose Cambará. Já preparamos esse relato para a última
77 reunião do CONSEMA mas, como não havia quórum, não a fizemos. Como trata-se de um relato, consulto os
78 Srs. Conselheiros se não seria interessante que o fizéssemos agora, já que a representante do Amigos da Terra
79 encontra-se aqui e, durante o relato, aguardamos a possibilidade de quórum. **Sr. Francisco Schardong:** Sr.
80 Presidente, gostaria que o final da reunião não fosse prorrogada, pois tenho um compromisso. Não se pode
81 começar às três horas e acabar-se às sete horas. Temos que respeitar o horário. **Sr. Presidente:** Conselheiro,
82 temos a mesma preocupação, mas uma vez tendo quórum, o horário é pré-definido, mas obviamente o Plenário
83 tem autoridade para estender. Uma vez que haja quórum, que é o que esperamos, fazemos uma consulta. **Sr.**
84 **Francisco Schardong:** tenho um compromisso e não posso ficar depois das seis horas, porque se faltar quórum
85 por causa da minha ausência, quero esclarecer antes. **Sr. Presidente:** fica o compromisso da Mesa, uma vez
86 tendo quórum, colocaremos a questão do horário de finalização da Reunião. Pediria que a nossa colega Maria
87 Inês Marks fizesse uma apresentação sobre a situação da Cambará, que é um caso emblemático aqui no Estado,
88 mas agora achamos que a solução está próxima. Os senhores receberam uma tabela com a situação atual dos
89 principais compromissos assumidos pela Cambará junto a FEPAM. **Sra. Maria Inês Marks:** em 1997 houve um
90 termo de compromisso entre a Celulose Cambará e a FEPAM. Várias determinações foram feitas e a empresa
91 vem cumprindo com as condições desse Termo de Compromisso. Um dos itens foi a instalação do novo sistema
92 de tratamento de afluentes líquidos, conforme fotografia que ilustra que já existe e está funcionando. Outro
93 grande problema da Celulose Cambará é o processo de branqueamento, que era feito com cloro. No momento,
94 esse branqueamento está sendo feito com oxigênio. Mostra-se, na fotografia, o branqueamento com a instalação
95 dos geradores de oxigênio, eles fizeram todo o processo em conjunto com a White Martins. Ficam os itens
96 pendentes que deveriam ter sido concluídos em vinte de novembro passado, como a instalação dos digestores e
97 evaporadores. Problemas econômicos da empresa foram alegados. Não obtiveram financiamento para conclusão
98 dessas obras e estão fazendo com recursos próprios, motivo pelo qual ainda atrasados, mas em andamento. A
99 empresa, desde o momento que viu que não poderia concluir no prazo, solicitou a FEPAM uma prorrogação. Não
100 foi possível prorrogar enquanto não estivesse vencido. Está sendo encaminhado, em conjunto com a Assessoria
101 Jurídica da FEPAM e a Direção Técnica, uma prorrogação nesse prazo, para que se conclua essas obras. Cabe
102 esclarecer que do Termo de Compromisso firmado com a FEPAM, dois itens ficaram faltando, os demais todos
103 cumpridos. Fizemos uma vistoria em 29 de setembro deste ano, confirmando a operação do novo sistema de
104 tratamento de efluentes líquidos. Coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos. **Sra. Maria Homrich:**
105 na realidade, tudo começou em 1981 e, pelo que vi aqui, foi solicitado, por não cumprimento, a prorrogação do
106 prazo. Então, pergunto, é uma das coisas com a qual temos nos preocupado, se nesses “não-cumprimento de
107 prazos”, alguma vez a empresa foi multada ou pagou alguma coisa? Na sexta-feira da semana passada, saiu na
108 televisão que a empresa teve um lucro de quinze milhões de reais, então não é bem ela que não tem recursos.

109 **Sra. Maria Inês Marks:** neste ano, justamente, ela conseguiu tocar essas obras porque teve o papel valorizado
110 no mercado externo. Conseguiram o lucro que nunca teria existido antes, conforme alegações feitas. Neste ano,
111 eles estão realmente podendo implementar todos os sistemas, com recursos próprios, justamente graças a esse
112 lucro divulgado. Essa é a alegação da direção da empresa. **Sra. Maria Homrich:** e alguma vez eles pagaram
113 multas pelos danos causados ao meio ambiente? **Sra. Maria Inês Marks:** houve uma interdição, o IBAMA
114 interditou, como está no histórico, uma interdição levantada pela Justiça, quer dizer que não foi levantada pelos
115 próprios órgãos ambientais. **Sra. Maria Homrich:** acho estranho uma empresa do vulto da Cambará, que
116 deveria atender, ainda mais numa região que quer fazer o turismo, e não dá a mínima importância ao meio
117 ambiente. E outra coisa, esse rio desemboca onde? Ele vem dar na Bacia do Jacuí. Então, se aqui se gasta um
118 dinheirão para fazer a limpeza do Guaíba, deveria cuidar também dos afluentes. **Sr. Presidente:** o que estamos
119 tratando aqui é o cumprimento de um termo de compromisso firmado com a Cambará. Esse é um caso antigo e,
120 sem dúvida nenhuma, já deveria ter sido resolvido há muito tempo. Não se discute que é uma anormalidade a
121 existência dessa indústria nas condições em que sempre operou. A nossa determinação efetivamente é de encerrar
122 essa questão da Cambará em breve. O quadro hoje é de atraso em relação ao cumprimento do termo de
123 compromisso, mas o que estamos vendo é que temos a possibilidade, mesmo num ritmo mais lento, encerrar o
124 caso Cambará em seis meses, conforme colocamos na planilha. Então, por muito tempo as medidas saneadoras
125 estiveram paradas por falta de recurso. Hoje o quadro é diferente. Uma coisa é dizer que não tem dinheiro e não
126 fazer nada; outra coisa é efetivamente fazer um esforço para construir, mesmo com dificuldade, que é o que está
127 acontecendo lá hoje. Como visão sobre o problema, ele tem que ser resolvido sem dúvida nenhuma, não é
128 admissível que esse caso da Cambará continue eternamente. Vários problemas já foram resolvidos, mesmo com
129 atraso, e os mais central nesse caso era a mudança do processo com o abandono do uso de cloro e a questão dos
130 digestores. Porque hoje essa lixívia é a que realmente provoca toda a contaminação. **Sra. Maria Inês Marks:** a
131 maior contaminação era dos organoclorados e este já está eliminado. **Sra. Maria Homrich:** Mas em muitos dos
132 casos, se não cumprissem o compromisso, teriam que pagar multa. Isso nunca foi feito, apesar de não terem
133 cumprido com o acordo, nunca houve isso. **Sra. Maria Inês Marks:** sempre houve recursos judiciais, a partir do
134 termo de compromisso que não houve mais recursos. Até então, houve e não nos cabe interferir, a não ser por
135 recurso. **Sra. Maria Homrich:** que o novo prazo seja atendido como deve ser. Se cada caso desses levar dezoito
136 anos, onde vamos ficar? **Sra. Maria Inês Marks:** outras melhorias que não constaram do termo de compromisso
137 e que foram bastante importantes é na parte de emissões atmosféricas, providenciadas nesse último ano pela
138 empresa, já com laudos de análise. Vapores ácidos não são mais emitidos. As caldeiras que tinham problemas de
139 fumaça, de alimentação, estão sendo resolvidas com instalação de filtros, itens que não constaram, inclusive no
140 termo de compromisso, mas que foram encaminhadas e estão sendo resolvidos. Queremos mostrar que o
141 problema que existiu, ainda existe parte dele, mas nesse último ano estão sendo resolvidos. **Sra. Maria**
142 **Homrich:** e por que também não foram exigidos? **Sra. Maria Inês Marks:** porque o termo de compromisso foi
143 firmado ainda na diretoria passada e provavelmente sem um acompanhamento técnico. **Sr. Presidente:** o que
144 podemos fazer até para garantir um acompanhamento mais próximo do Conselho em relação a Cambará, os
145 senhores receberam, e isso é parte do termo de compromisso, a auditoria. Auditorias que foram exigidas pela
146 FEPAM periódicas sobre o cumprimento do próprio termo de compromisso. Não há problema, e fazemos
147 questão, inclusive, que o Conselho tenha um acompanhamento mais de perto do caso Cambará, porque é um caso
148 emblemático aqui no Estado e um caso não resolvido que queremos resolver. Não há problemas em relatarmos
149 periodicamente como andam as obras da Cambará para os Srs. Conselheiros, para que tenham um controle mais
150 próximo desse caso. **Sra. Maria Inês Marks:** até mesmo porque, após a instalação dos equipamentos
151 necessários, eles vão modificar completamente a planta produtiva deles. Esses novos digestores farão uma
152 mudança, esse funcionamento não vai-se dar imediatamente após a troca. Devemos considerar o período de
153 adaptação de entrada em funcionamento. **Sr. Marco Simon:** está prevista mais alguma auditoria? **Sra. Maria**
154 **Inês Marks:** eles são obrigados a apresentar relatórios trimestrais; consta no termo de compromisso. **Sr. Marco**
155 **Simon:** havendo essa periodicidade já acordada, solicitaria que houvesse uma distribuição consubstanciada aos
156 Conselheiros, porque, infelizmente, esse relatório cheira a molecagem. A pessoa está dizendo aqui que foi lá um
157 dia, mas não está dizendo nada, qual é o monitoramento do “horário/vazão”, isso não diz nada para ninguém.
158 Não tem consubstancia nenhuma dentro de uma auditoria. Isso, para mim, é uma visita relatando e não um
159 relatório de auditoria. **Sr. Presidente:** esse é um relatório, na verdade, da implantação das medidas previstas no
160 Termo de Compromisso. Evidentemente, a FEPAM tem muito mais informações disponíveis. **Sr. Marco Simon:**
161 mas é isso que estou querendo dizer, na minha opinião, de nada adianta ser distribuído para os Conselheiros,
162 porque não contém informação nenhuma. Para dizer, então realmente o cálculo de vazão está sendo feito com

163 esse perfil. **Sr. Presidente:** esses dados estão disponíveis. **Sr. Marco Simon:** então que se junte a isso daqui,
164 porque só isso não diz nada. Foi alguém lá e disse que está tudo bem, mas como nós, membros de um Conselho
165 Estadual vamos deliberar ou encaminhar alguma coisa dizendo isso, qualquer um de nós vai lá, faz a visita e diz
166 que está tudo bem. **Sr. Presidente:** A FEPAM não trabalha só com os relatórios da auditoria. Realiza vistorias
167 no local. Evidentemente, não estamos repassando para vocês só isso, mas essa foi uma das informações para a
168 reunião de hoje, que era o andamento do Termo de Compromisso. E quem está relatando isso é o órgão que
169 fiscaliza a Cambará e tem todos os elementos, além desses, disponíveis aos Conselheiros, se assim for
170 demandado. Talvez seja interessante, Conselheiro Marco, que disponibilizemos o Termo de Compromisso e,
171 certamente, as auditorias de implementação passam a fazer um pouco mais de sentido, complementando as
172 informações técnicas. Mas as solicitações que forem feitas ao Conselho, para garantir o perfeito entendimento
173 por parte dos Conselheiros, evidentemente serão fornecidas. **Sra. Maria Inês Marks:** consta no Termo de
174 Compromisso o monitoramento por parte da FEPAM e todos esses dados que o Conselheiro gostaria de ter. **Sr.**
175 **Marco Simon:** sei que consta no Termo de Compromisso, só que uma coisa é um relatório de uma auditoria
176 nesses termos e outra é vir acompanhado um relatório da FEPAM dizendo que é válido, isso também está ok. São
177 duas coisas completamente diferentes. Uma auditoria externa pode dizer uma coisa, os técnicos da FEPAM
178 podem dizer outra. **Sr. Presidente:** Conselheiro, o que faz parte da nossa apresentação, é o que estamos dizendo
179 aqui. Se o Conselheiro faz questão de receber uma cópia das fotos, não há problema algum em fornecê-las. Mas
180 esse é o último relatório de auditoria que achamos conveniente que os Conselheiros tivessem conhecimento mas,
181 evidentemente, essa não é toda a informação que existe e nem é toda a nossa satisfação ao Conselho. Estamos
182 aqui justamente para prestar todos os esclarecimentos. Essa é a última auditoria e não passa disso. Há
183 monitoramento das águas do rio para acompanhar as mudanças que acontecem no ambiente em função das
184 mudanças na instalação industrial. Há outros dados, dados técnicos da empresa, dados do ambiente que estão
185 disponíveis à FEPAM e aos Conselheiros, e a qualquer cidadão deste Estado que queira ter acesso a eles. Uma
186 vez solicitado, garantiremos acesso a essas informações. **Sra. Maria Homrich:** temos que fazer a consulta aqui
187 sobre essas informações? **Sr. Presidente:** podemos enviar aos Conselheiros, uma vez que nos digam quais são as
188 informações que desejam receber. O processo é grande, por isso temos que ser mais específicos no que
189 queremos. **Sr. Marco Simon:** a minha manifestação é a seguinte: isso vem se arrastando há dezoito anos,
190 tivemos recentemente uma experiência da Rota do Sol e que, praticamente, ficamos um pouco frustrados quando
191 várias vezes solicitou-se relatórios e tais solicitações foram empurradas com a barriga. Até que, por uma ação
192 conjunta do CONSEMA, conseguimos um relatório que informasse a real situação do andamento das obras.
193 Estou querendo solicitar, oficialmente para que junto com essa próxima auditoria, que venham com os dados,
194 porque fica fácil levarmos para as nossas instituições e ver se esses dados fecham de acordo com o termo de
195 compromisso ambiental e com as normas ambientais, para que se possa ter uma verificação fiscal dos dados. **Sr.**
196 **Presidente:** o que foi demandado pela Conselheira Kathia, representante do Amigos da Terra, foi um relato
197 sobre a situação da Cambará em relação ao Termo de Compromisso. Evidentemente, uma vez solicitadas mais
198 informações, traremos, não há problema algum. Portanto, a nossa preocupação é que os Conselheiros tenham
199 acesso a toda a informação que julgarem necessária para fazer a sua avaliação. Mas a única questão, na verdade
200 mais prática, é a especificação de que tipo de informação. Agora, uma interpretação da FEPAM sobre as
201 melhorias ambientais já ocorridas com a implementação do termo de compromisso, é possível apresentar
202 também, sem problema algum. Consulto os Conselheiros se há mais alguma manifestação, já que ainda não temos
203 quórum. **Sr. Jackson Müller:** com relação ao atendimento dos padrões da distribuição da Celulose Cambará,
204 como vem sendo feito, está atendendo à Portaria 05/99? **Sr. Presidente:** não está ainda. O maior problema, na
205 Cambará, diz respeito ao rejeito dos digestores, a carga orgânica no rio ainda é muito alta, o caso não está
206 solucionado. A idéia é que em seis meses consigamos solucionar. **Sr. Jackson Müller:** esse monitoramento que
207 é feito no rio? **Sra. Maria Inês Marks:** são monitorados treze pontos do rio e alguns afluentes. Desde o ponto
208 de lançamento, o montante distribuído. **Sr. Presidente:** toda a carga orgânica é lançada no rio, sem dúvida
209 nenhuma é um impacto grande. Não havendo mais nenhuma manifestação, não temos, efetivamente quórum e já
210 são 15h19min. Outra questão que colocaríamos, hoje, a apreciação do Conselho seriam **as reuniões durante os**
211 **meses de janeiro e fevereiro.** Evidentemente, o nosso interesse é que consigamos garantir quórum e a
212 continuidade dos trabalhos da CONSEMA durante os meses de verão. Mas tem sido um problema garantir
213 quórum nas duas últimas reuniões. Então corremos o risco de, novamente, reunir o Conselho e, se continuarmos
214 nesse ritmo, só em março do ano que vem. Vamos enviar correspondência mais uma vez aos Conselheiros,
215 chamando a importância de garantir quórum e reunirmos aqui, e a importância de garantir quórum nos meses de
216 verão. A necessidade de deliberar e estabelecer regimento para várias questões que estão em aberto, que o

217 próprio Conselho decidiu encaminhar, ainda permanece e vai permanecer durante janeiro e fevereiro. Vamos
218 reiterar esse apelo aos Conselheiros que estão presentes aqui e aqueles que se fizeram representar. **Ten. Cel.**
219 **Nelsonhoner Sebares da Rocha:** quem sabe até se faça uma avaliação para trocar de dia da semana, em vez de
220 sextas-feiras para outro, se não houver nenhum problema. **Sr. Presidente:** temos aqui menos da metade do
221 quórum. O que certamente vamos tentar fazer, como Secretaria Executiva é, além dos ofícios, tentar fazer um
222 contato verbal com as instituições, com a direção das instituições para que garantam a presença. **Ten. Cel.**
223 **Nelsonhoner Sebares da Rocha:** ou então que o suplente venha também, com a possibilidade de dar o seu parecer
224 também. **Sr. Presidente:** mas essa é uma obrigação da instituição, os dois são informados. Colocamos dentro do
225 ofício a necessidade de que os dois conversem. Agora, se o titular e o suplente de uma mesma instituição não se
226 conversam, a questão fica difícil para a Secretaria Executiva. O que vamos fazer é um informe à Direção das
227 instituições que deveriam estar sendo representadas aqui. No nosso ponto de vista é uma omissão muito grave o
228 não-comparecimento sistemático às reuniões do Conselho. **Sr. Francisco Schardong:** o representante do
229 jurídico falou que precisava, através do novo regimento, legalizar os ausentes. Mas o regimento atual tem a
230 mesma cláusula, é só executá-la. Não é o regimento que temos que rever, porque o que já temos não resolve. **Sr.**
231 **Presidente:** temos que registrar que tivemos quórum em todas as Reuniões do Conselho neste ano, a partir da
232 última Reunião não conseguimos mais quórum, alguma coisa aconteceu. O que temos percebido, de fato, é um
233 número enorme de eventos que demandam participação das instituições do Estado nesse período. Hoje mesmo
234 temos o Seminário do Pró-Guaíba acontecendo. A demanda das instituições em participação à seminários,
235 conselhos, tem aumentado muito nessa época de final de ano. Talvez isso justifique, mas, na verdade, este é um
236 Conselho Deliberativo e a sua não-operação acarreta prejuízo para todos. **Sr. Alexandre Bugin:** gostaria de
237 solicitar uma informação, tocar num assunto que poderá gerar uma demanda para o CONSEMA. Na ABES tem
238 aparecido esse assunto e sei que em outras instituições isso também tem sido discutido, que é a questão da
239 votação do Código Estadual do Meio Ambiente, que segundo informações que se tem, estaria em pauta de
240 urgência para votação na Assembléia. Só que nós da ABES e outras instituições, sabemos que há, desde a
241 montagem até o final do texto do Código, existem outras legislações, a questão da própria criação da SEMA, e
242 gostaria de perguntar o que o Conselho ou a Secretaria sabe sobre esse assunto, se realmente vai ser votado ou
243 não, ou se não haveria uma movimentação para se retomar a discussão. **Sr. Presidente:** o que é de nosso
244 conhecimento, efetivamente, é que há uma movimentação para reativar a discussão em torno do Código Estadual
245 de Meio Ambiente. **Sr. Alexandre Bugin:** existe um pedido do Deputado Nilson Santos de urgência para
246 votação, nem está retomando a discussão. **Sr. Gustavo Trindade:** tem-se conhecimento que o Deputado Nilson
247 Santos tem a intenção de aprovar ainda, se possível, neste ano o Código Estadual de Meio Ambiente. Através da
248 FEPAM fizemos alguns movimentos, mas o Conselho com a Secretaria, por várias modificações que haviam
249 ocorrido na legislação entre o tempo de elaboração do Código e desde a Lei dos Crimes Ambientais, a própria
250 Resolução, de que havia a necessidade de uma discussão para que pudesse se atualizar aqui o que estava disposto
251 no Código a ser encaminhado para o Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente. De outra parte, há
252 umas quatro reuniões do Conselho, foi designado um grupo para discutir isso para analisar as modificações
253 necessárias no Código Estadual de Meio Ambiente, e parece que houve uma reunião e marcaram outra reunião
254 que acabou não saindo. A Dra. Luíza faz parte também, mas parece que só houve uma reunião. **Sra. Luíza**
255 **Falkenberg:** houve uma única reunião e fizemos uma moção, que foi trazida ao CONSEMA, no sentido de que
256 seria impossível analisar um Código, um projeto que estava há quatro anos em discussão numa reunião, numa
257 tarde, que foi o tempo que nos deram para isso. Então, solicitamos que nos fosse dado tempo para que
258 pudéssemos fazer uma revisão como deveria ter sido feita, porque, no mínimo, tem-se que atualizar. **Sr. Flávio**
259 **Lewgoy:** e se for atualizado, deve ser trazido a este plenário. **Sr. Alexandre Bugin:** existe a necessidade de se
260 fazer uma articulação com a Assembléia para que isso seja aproveitado na Assembléia, aprovado. **Sr. Flávio**
261 **Lewgoy:** a Assembléia, com seus próprios mecanismos, que consiste na Comissão de Constituição e Justiça, eles
262 podem, eles têm essa faculdade de alterar as normas, se o Deputado pedir essa urgência, de alguma forma ele
263 tem que receber a resposta. Normalmente quando um Deputado pede urgência urgentíssima, ele é atendido, mas
264 já faz tempo isso. Houve a agitação da votação do orçamento nesse período. **Sr. Gustavo Trindade:** vamos ligar
265 para a Assembléia para saber como está essa questão. **Sr. Jackson Müller:** essa moção chegou a ser remetida
266 para a Assembléia? **Sra. Luíza Falkenberg:** não sei, nós trouxemos para a reunião do CONSEMA, ela foi lida,
267 mas não sei que encaminhamento foi dado. Fizemos uma moção, considerando-nos incapacitados de fazer a
268 análise. Nos sentimos incapacitados de emitir um parecer, sem realmente ter condições de fazer uma avaliação.
269 **Sr. Presidente:** não teria como informar agora sobre esse encaminhamento, teríamos que verificar as Atas das
270 reuniões passadas. **Sr. Flávio Lewgoy:** muitos de nós participaram da elaboração e não foi um trabalho curto,

271 porque foram muitos meses. **Sr. Marco Simon:** Só gostaria de retornar um pouco ao tema anterior, sobre a
272 questão das faltas e o quórum do Conselho. Parece-me que na nova proposição do novo regimento também muito
273 bem determinado esse tipo de postura. E a sugestão é de que os Conselheiros fossem pensando, logicamente não
274 temos quórum para deliberar sobre isso, mas me parece que duas coisas tenderiam a eliminar quase que
275 completamente as nossas questões de quórum. Uma delas seria a **presença da representação por entidades**,
276 hoje é por pessoas. Por exemplo, o órgão do Governo, embora tenha as nomeações oficiais, o Diretor Geral do
277 órgão oficializando o seu representante, tem direito a voto. As entidades da sociedade civil não tem esse mesmo
278 direito, e isso é uma coisa díspare. Por exemplo, o Rampazzo não poderia votar pelo CEA, mas o Luiz Carlos,
279 pela Secretaria do Desenvolvimento poderia. Isso gera um conflito, então se fosse por entidade, facilitaria muito
280 a presença das pessoas. E outra questão, pelo menos a nossa experiência em nível estadual, tanto do Conselho de
281 Meio Ambiente quanto do Conselho de Saúde, assim fez melhorar muito, é que as resoluções possam ser
282 tomadas pela maioria dos presentes, porque isso força tanto o órgão público ou como a sociedade civil estar
283 presente, e quem não estiver presente, que arque com o seu ônus. **Sr. Presidente:** mas as resoluções do Conselho
284 dizem respeito a toda a sociedade, não só às instituições que estão presentes. **Sr. Marco Simon:** exatamente, por
285 isso estou colocando os dois lados. Se temos que ter aqui a maioria para formalizar, dar quórum, isso impede
286 uma grande possibilidade de reuniões. Porque se tiver três Conselheiros aqui presentes e, se isso for pela maioria
287 dos presentes, se dois votarem, o resto vai ter que arcar com a consequência. Acho que isso é mais justo e força
288 com que a grande maioria dos Conselheiros esteja presente nas reuniões. Pelo menos a nossa experiência em
289 nível municipal deu certo e acho que, pelas informações que temos de outros conselhos, isso tem dado certo. **Sr.**
290 **Assis Piccini:** os representantes do Conselho são pessoas maduras, que a ausência delas não deve forçar uma
291 perda para a sociedade, e o ensino não deve ser feito em cima dos representantes do Conselho, o ensino deve ser
292 feito em cima dos órgãos que o representam. Tem-se que chamar a atenção dos representantes do Governo, tem-
293 se que chamar a atenção dos representantes das ONGs, da sociedade civil. A pessoa para ser encaminhada não
294 atende a expectativa do Estado, acho que isso tem que ser feito fora do ambiente da reunião do Conselho. A
295 sociedade não pode sofrer pela ausência dessas pessoas, tem que ser feito outro mecanismo um pouco mais
296 salutar em termos de dever da sociedade. Acho que o Regimento, inclusive, já prevê que essas pessoas devem ser
297 notificadas e acho que isso tem que ser feito realmente. Agora, a resposta não pode ser o contrário, que não
298 tendo quórum, defina-se uma situação. Perderia a noção da questão holística de decisões, de participação da
299 sociedade e assim por diante. **Sr. Presidente:** o que é claro e já deliberado pelo Conselho é a necessidade de uma
300 análise profunda do Regimento Interno e de propostas de modificação. Mas não há Regimento Interno que
301 resolva a questão da responsabilidade com a função de conselheiro num Conselho Estadual num Estado com
302 quase dez milhões de habitantes, e com sérios problemas a serem encaminhados. Esse apelo vamos ter que fazer
303 às instituições representadas aqui no Conselho. Estamos já com 15h33min e não havendo quórum, apenas
304 consulto aos Conselheiros se há ainda alguma manifestação a ser feita antes de encerrarmos a Reunião, com o
305 compromisso da Secretaria Executiva fazer um esforço maior ainda, tentando chamar as instituições para que
306 compareçam nas reuniões do Conselho. **Sr. Marco Simon:** Sr. Presidente, só um esclarecimento, se não me falha
307 a memória, há duas ou três reuniões ficou da FEPAM ou da Secretaria Executiva do CONSEMA também
308 apresentar relatório de como estariam as outras Câmaras Técnicas. Parece-me que só foi da do ICMS Ecológico
309 que foi novamente comentada, as outras não. **Sr. Presidente:** foi dado um relato geral das Câmaras Técnicas há
310 duas reuniões, mas temos isso por escrito. **Sr. Marco Simon:** foi citado, mas não foi, por exemplo, a de danos
311 ambientais, que é uma delas. Para licenciamento municipal, por exemplo, que é uma da qual a gente participava.
312 Simplesmente parou. **Sr. Presidente:** uma câmara técnica importantíssima. Mas não há como encaminhar às
313 câmaras técnicas se o Conselho não se reúne. **Sr. Marco Simon:** só para esclarecimento, não me recordo de, por
314 exemplo, ter uma informação de como estão todas as outras câmaras técnicas. **Sr. Presidente:** o Secretário
315 Langone fez um relato rápido sobre a situação de todas. Mas evidentemente é possível fazer-se uma discussão
316 mais geral. Esse é um exemplo das questões importantes, como o regimento interno, o andamento das câmaras
317 técnicas, que estão tratando de questões importantíssimas. Essa questão da descentralização para os municípios,
318 sem dúvida nenhuma, é uma questão central hoje no Estado. A questão do ICMS ecológico é outra e que está
319 parada. Dei o relato para os Conselheiros de que a primeira reunião do ICMS ecológico não tinha tido quórum,
320 na verdade, as duas reuniões marcadas desde a deliberação do Conselho de reativar a câmara técnica do ICMS
321 ecológico, essa câmara técnica não houve quórum. A situação é grave. A próxima reunião da câmara técnica do
322 ICMS ecológico será no dia 07, portanto um apelo para os Conselheiros que aqui estão, que garantam o quórum,
323 garantam o encaminhamento. **Sr. Marco Simon:** Sr. Presidente, não íamos tentar deliberar sobre a próxima
324 reunião do CONSEMA? **Sr. Presidente:** esta é a última reunião de 99, um desfecho um pouco triste para um

325 ano em que o CONSEMA votou matérias importantíssimas. O que vamos ter que fazer é uma consulta às
326 instituições, para garantir que a próxima reunião tenha quórum, e não vale a pena marcarmos a reunião de
327 antemão. **Sr. Flávio Lewgoy:** Tem-se que falar instituição por instituição. **Sra. Maria Homrich:** nós, do
328 Amigos da Terra, na primeira metade de janeiro, não poderemos estar presentes, já que vamos tirar férias. Mas
329 na Segunda metade estarei em Porto Alegre. **Sr. Presidente:** quero reiterar a importância do cargo de
330 Conselheiro do Conselho Estadual de Meio Ambiente, é um compromisso com a sociedade e o Estado. **Sr.**
331 **Flávio Lewgoy:** lamento, porque, por exemplo, o Marco vem de Pelotas, não é uma viagem pequena, e há outros
332 Conselheiros na mesma situação. De qualquer maneira todos nós deixamos de atender a outras coisas, porque
333 entendemos que o Conselho é importante. **Sr. Presidente:** essa consideração, certamente, vale para todos nós
334 aqui. Vamos fazer um esforço e chamar a atenção das instituições. **Sra. Maria Homrich:** e lembrar que o titular
335 e o suplente se comuniquem. **Sr. Presidente:** na nossa opinião o que está havendo é falta de priorização e de
336 conhecimento da importância deste Conselho. Muito obrigado pela presença de todos, e entraremos em contato
337 para a próxima reunião. Estão encerrados os trabalhos da presente Reunião às 15h40min.